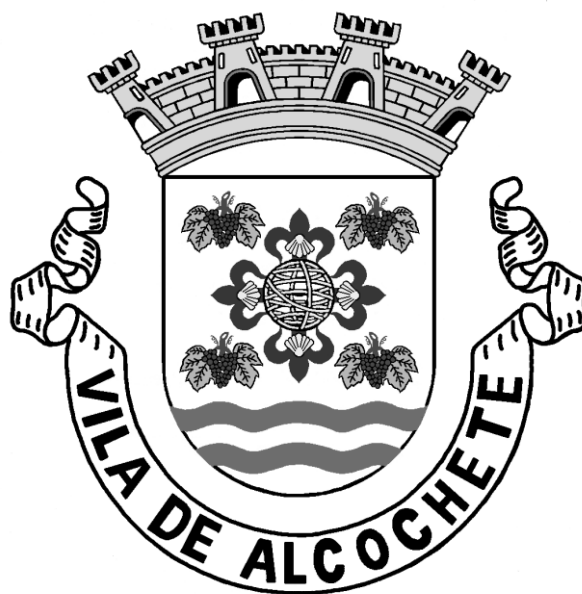




MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

CÂMARA MUNICIPAL

N.º 14

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

REALIZADA

EM 05 DE JULHO DE 2023

ÍNDICE

A. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA	3
B. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO	5
C. ORDEM DO DIA.....	6
1. RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA	6
2. PAGAMENTOS AUTORIZADOS ENTRE REUNIÕES.....	6
3. APROVAÇÃO DE ATAS.....	7
4. ASSUNTOS PROPOSTOS PELO SENHOR PRESIDENTE E VERAÇÃO:	
4.1. PLANO DE COORDENAÇÃO – FESTAS POPULARES DE SAMOUCO – EDIÇÃO 2023	
4.2. EXTRAÇÃO E ALIENAÇÃO DE CORTIÇA NA ÁRVORE – HASTA PÚBLICA PROC.º 1/2023;	
– APROVAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL E DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO;	
– APROVAÇÃO DE MINUTA DE CONTRATO;	
– DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA PARA	
NOTIFICAÇÃO DA DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO E MINUTA DE CONTRATO.	8
4.3. ATRIBUIÇÃO DE AÇÃO SOCIAL ESCOLAR - ANO LETIVO 2022/2023.....	10
4.4. AUTORIZAÇÃO PARA CONSULTAR AS ENTIDADES BANCÁRIAS PARA APRESENTAÇÃO DE	
PROPOSTAS PARA A CONTRAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO	
NO VALOR DE €1.320,000,00	11
4.5. APROVAÇÃO DO PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO DO RINGUE DE FUTEBOL 5 DO PASSIL.....	17
4.6. ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO NO ARQUIVO MUNICIPAL.....	19
4.7. RECURSO A RESERVA DE RECRUTAMENTO INTERNA DE UM ASSISTENTE	
OPERACIONAL, NA ÁREA DE REFEITÓRIO MUNICIPAL, NO REGIME DE CONTRATO	
DE TRABALHO A TERMO INCERTO (DAGR)	20
5. APOIOS FINANCEIROS.....	21
6. INFORMAÇÕES	21
D. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO	21
ENCERRAMENTO	22

Aos cinco dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e três, nesta vila de Alcochete e salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do senhor Fernando Manuel Gonçalves Pina Pinto, na qualidade de presidente da Câmara, encontrando-se presentes as senhoras vereadoras Ana Sofia Madeira Maduro, Natacha Patrícia Bexiga Patinha e Maria Luísa Botelho Figueira de Albuquerque Salsa e o senhor vereador Pedro Sérgio Martins Ferreira Lavrado.

Faltaram à presente reunião, por motivo considerado justificado a senhora vereadora Maria de Fátima Maduro Gregório Soares, os senhores vereadores Dário João Ferra Moura, Luís Miguel Carraça Franco, Jorge Manuel Pereira Giro e Pedro Jorge Marcelino Ferreira.

O senhor presidente declarou aberta a reunião.

A. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Aberto o período de Antes da Ordem do Dia o senhor presidente questionou se as senhoras vereadoras e o senhor vereador queriam usar da palavra.

A senhora vereadora Natacha Patinha transmitiu que alguns elementos da Associação de Reformados de Alcochete a questionaram sobre o ponto de situação das obras da respetiva sede, que está encerrada desde janeiro e existindo a informação que as obras se iniciariam em junho não percebem o motivo pelo qual tiveram de encerrar em janeiro, quando no final do mês de junho a obra ainda não se iniciou.

Perguntou para quando está previsto o início das obras.

O senhor presidente referiu estranhar terem colocado essa questão à senhora vereadora Natacha Patinha, porque esse assunto tem sido devidamente acompanhado pela senhora vereadora Maria de Fátima Soares que detém o pelouro do Movimento Associativo, onde se integra a Associação de Reformados e Pensionistas de Alcochete, adiantando que o encerramento se deveu a um facto trágico da pessoa que explorava a sede, o que originou

o encerramento precoce do respetivo espaço. Foi elaborada uma análise técnica às obras necessárias a qual verificou ser imprescindível uma intervenção na estrutura do piso ao nível do solo o que importava desenvolver-se um procedimento para a elaboração de um projeto que visava a construção de novas casas de banho, que não estava contemplado no orçamento da câmara municipal o que obrigou a um esforço, já depois da sede estar encerrada, para se poder ter dotação orçamental para a elaboração de um projeto de arquitetura e engenharia.

O senhor vereador Pedro Lavrado confirmou que neste momento está a ser elaborado o procedimento concursal para que se possa dar início à obra.

O senhor presidente concluiu informando que na próxima segunda-feira está agendada uma reunião com esta coletividade e com a senhora vereadora Maria de Fátima Soares.

A senhora vereadora Natacha Patinha aludiu que em reunião de câmara anterior questionou sobre o plano de mobilidade no período em que decorre a Jornada Mundial da Juventude, tendo na altura sido transmitido pelo senhor vereador Pedro Lavrado que o plano ainda não existia.

Perguntou se à data de hoje o mesmo já é do conhecimento da câmara municipal, de que forma é que o concelho de Alcochete está integrado no mesmo e se haverá ou não reforço das carreiras.

O senhor presidente afirmou que da parte da presidência da Câmara Municipal de Alcochete continua exatamente tudo igual desde a última vez que o assunto foi discutido, partilhando que fica com a sensação que se vai ter um acontecimento de cariz mundial a cerca de 20 km's de Alcochete, mas que ao município não chegou qualquer informação, talvez se devendo ao facto de as paróquias de Alcochete e do Samouco não terem pretendido ser envolvidas nesse projeto, com a exceção da utilização do "Bote Leão" para uma procissão marítima aquando da vinda do Sumo Pontífice e posteriormente para assistir à Missa de Envio, organizado pela Associação Marinha do Tejo em parceria com a Jornada Mundial da Juventude.

Partilhou que no dia de ontem teve a oportunidade de ouvir através da comunicação social, no que diz respeito à mobilidade e em especial aos autocarros, os quais tinham em média um custo de €600,00 para uma viagem, atualmente esse valor ronda os €3.000,00, porque parece que há uma escassez de autocarros para alugar.

O senhor vereador Pedro Lavrado asseverou que até ao momento ainda não existe plano de mobilidade e que tem tentado saber junto da AML (Área Metropolitana de Lisboa) se já têm conhecimento desse plano, mas a realidade é que ainda não existe.

Também tomou conhecimento através da comunicação social que o plano estará disponível nos próximos dias. Informou que está agendada para o próximo dia 13 uma reunião do Conselho Metropolitano de Mobilidade, contando que nessa altura o plano já seja do conhecimento da AML e da TML (Transportes Metropolitanos de Lisboa) e que se possa obter mais informações.

O senhor presidente concluiu este assunto dando nota que na passada sexta-feira decorreu em Setúbal o Congresso Comemorativo dos 40 anos da Associação dos Municípios do Distrito de Setúbal, o qual contou com a presença do senhor Presidente do Conselho de Administração da TML, onde embora se tenha abordado o tema da mobilidade, nada foi referido sobre este plano.

O senhor presidente propôs a inclusão do seguinte ponto no período da Ordem do Dia: “Recurso a reserva de recrutamento interna de um assistente operacional, na área de refeitório municipal, no regime de contrato de trabalho a termo incerto (DAGR).”

A sua inclusão foi aceite, ficando numerado como ponto 4.7.

B. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO

– Senhor António Joaquim Santos Gonçalves

Residente na praça Estevão José Gangues Giro em Alcochete, expôs que na referida praça existe há cerca de 2 meses um buraco no pavimento, o que já terá provocado a queda de algumas crianças. Também informou que no mesmo local existe um jardim que está a servir de casa de banho de cães.

O senhor presidente agradeceu a intervenção do munícipe, realçando sempre a importância da participação, independentemente do assunto.

Continuou transmitindo que no final de 2022 se começou a trabalhar num projeto para requalificar os espaços verdes das duas praças o qual deverá estar concluído até ao final do corrente ano.

O senhor vereador Pedro Lavrado referiu que não tinha conhecimento do buraco, mas que irá solicitar que o mesmo seja reparado.

Sobre os dejetos dos cães deixados no espaço ajardinado sublinhou que são atos que passam pelo civismo dos donos e em semelhança do que existe noutros jardins irá proceder-se à colocação de placas informativas, reforçando a necessidade de os donos recolherem os dejetos dos canídeos.

C. ORDEM DO DIA

1. Resumo diário da tesouraria

O senhor presidente informou que o valor do saldo, em disponibilidades de operações orçamentais é de €7.657.317,05 (sete milhões, seiscentos e cinquenta e sete mil, trezentos e dezasseis euros e cinco cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

2. Pagamentos autorizados entre reuniões

O senhor presidente informou que entre os dias 21/06/2023 e 04/07/2023, autorizou o pagamento da despesa, no montante de €504.034,03 (quinhentos e quatro mil, trinta e quatro euros e três cêntimos), conforme as ordens de pagamento emitidas do n.º 2318 ao n.º 2562.

A Câmara tomou conhecimento.

3. Aprovação de atas

Ata da reunião ordinária realizada em 24 de maio de 2023

Submetida à votação, a Câmara deliberou aprovar a ata por unanimidade.

Não votaram as senhoras vereadoras Natacha Patinha e Maria Luísa Salsa por não terem estado presentes, ao abrigo do n.º 3, do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo.

4. ASSUNTOS PROPOSTOS PELO SENHOR PRESIDENTE E VERAÇÃO:

4.1. Plano de Coordenação – Festas Populares de Samouco – Edição 2023

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«A necessidade de constituir um dispositivo de prevenção e resposta integrado, no âmbito da proteção e socorro, adequado ao risco acrescido e identificado, com elevado grau de prontidão, têm sido uma preocupação do Serviço Municipal de Protecção Civil, no desenvolvimento de ações preventivas que procuram salvaguardar a segurança de pessoas e bens, durante o período das Festas Populares de Samouco que decorrem de 14 de julho a 18 de julho, para o qual foi elaborado o Plano de Coordenação (PC), em estreita articulação com os Bombeiros Voluntários de Alcochete, Guarda Nacional Republicana, Autoridade de Saúde Local, Junta de Freguesia de Samouco e Comissão de Festas.

Neste PC, eminentemente operacional, estão referenciadas as estratégias de atuação dos agentes de Protecção Civil, as suas responsabilidades, os sistemas de alerta, os planos prévios de intervenção, a estrutura de coordenação, a administração e logística, entre outras medidas preventivas, como essencial para obtenção de um bom planeamento e organização das operações de protecção e socorro necessárias à resposta.

Assim e, após análise, propõe-se a aprovação do referido plano que será remetido a todas as entidades envolvidas e à Autoridade Nacional de Protecção Civil – Comando Distrital de Operações de Socorro de Setúbal, para período de vigência referido anteriormente.»

Por solicitação do senhor presidente, o senhor coordenador do Serviço Municipal de Protecção Civil, Engenheiro João Carlos Marques, apresentou os pontos desenvolvidos no Plano de Coordenação.

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

4.2. Extração e Alienação de Cortiça na Árvore – Hasta Pública Proc.º 1/2023;

- **Aprovação do Relatório Final e Decisão de Adjudicação;**
- **Aprovação de Minuta de Contrato;**
- **Delegação de Competências no senhor Presidente da Câmara para Notificação da Decisão de Adjudicação e Minuta de contrato.**

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«1 - Por deliberação do órgão executivo de 10 de maio de 2023, foi aprovada a Hasta Pública mencionada em epígrafe. Neste seguimento decorreu o prazo para apresentação de propostas, teve lugar o ato público e a Hasta Pública, o júri procedeu à análise das propostas, elaborou o relatório preliminar, remeteu o mesmo a todos os concorrentes para se pronunciarem ao abrigo do direito da audiência prévia e elaborou o relatório final em 19 de junho 2023 (que se anexa).

Estando em causa a alienação de bens móveis, atento o disposto na alínea cc) do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, é da competência da Câmara Municipal a autorização para alienação de tais bens.

Neste contexto submete-se para aprovação a seguinte proposta:

1. Aprovação do Relatório Final, parte integrante da presente proposta, e consequentemente adjudicação:

A adjudicação nos seguintes termos:

Novos Trilhos, Unipessoal, Lda.: 39,10€ (trinta e nove euros e dez cêntimos)/arroba, IVA auto liquidado;

2. Que a Câmara Municipal delibere aprovar a minuta do contrato ao abrigo do n.º 1 do artigo 98.º do CCP;
3. Tendo em conta os critérios de eficiência, economicidade e celeridade que, densificando o princípio da boa administração previsto no n.º 1, do artigo 5.º do Código do Procedimento Administrativo, devem conformar os processos de decisão e aquisitivos desenvolvidos pela autarquia, propõe-se que, ao abrigo do n.º 1, do artigo 109.º do CCP *“Todas as competências atribuídas pelo presente Código ao órgão competente para a decisão de contratar podem ser delegadas, sem prejuízo do disposto na parte final no n.º 2, do artigo 69.º”* do CCP seja delegado no senhor Presidente da Câmara o seguinte ato:

a) Notificação da decisão de adjudicação (artigo 77.º do CCP)

“1 - A decisão de adjudicação é notificada em simultâneo a todos os concorrentes, indicando-se, quando aplicável, o prazo de suspensão previsto no n.º 3, do artigo 95.º ou na alínea a), do n.º 1, do artigo 104.º, conforme o caso.

2 - Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário para:

a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto no artigo 81.º;

b) Prestar caução, se esta for devida, indicando expressamente o seu valor;

c) Confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada;

d) Se pronunciar sobre a minuta de contrato, quando este for reduzido a escrito;

e) Confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, a constituição da sociedade comercial, de acordo com os requisitos fixados nas peças do procedimento e os termos da proposta adjudicada.

3 - As notificações referidas nos números anteriores devem ser acompanhadas do relatório final de análise das propostas.”

b) Notificação da minuta de contrato (n.º 1, do artigo 100.º do CCP).»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como, anexar o Relatório Final, como **Doc. 1**.

4.3. Atribuição de Ação Social Escolar - Ano Letivo 2022/2023

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«No âmbito do estabelecido pela alínea hh), do n.º 1, do artigo 33.º e pelo ponto 1, do artigo 34.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, é competência da Câmara Municipal deliberar no domínio da ação social escolar, designadamente no que

respeita a atribuição de auxílios económicos no âmbito da alimentação, material escolar e visitas de estudo.

De acordo com o estabelecido pela legislação em vigor e após a análise de todos os requerimentos e respetiva fundamentação documental, propõe-se a atribuição de Ação Social Escolar no escalão B a 1 aluno(a) do 1.º Ciclo do Ensino Básico, cujo processo encontra-se disponível para consulta no Setor de Educação.

Assim sendo, propõe-se que a Câmara Municipal delibere favoravelmente a atribuição de Ação Social Escolar para o ano letivo 2022/2023, com efeitos a 15 de junho de 2023.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

4.4. Autorização para a contração de um empréstimo de médio e longo prazo no valor de €1.320,000,00

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«Nos últimos anos a Câmara Municipal de Alcochete tem vindo a executar um conjunto vasto de investimentos nos mais diversos domínios das suas competências e em simultâneo tem garantido a diminuição da dívida de curto e médio e longo prazo, a redução do prazo médio de pagamentos a fornecedores e uma gestão económica e financeira equilibrada e criteriosa, no sentido de manter a sustentabilidade das contas públicas e da imagem de credibilidade junto dos seus fornecedores e parceiros financeiros.

Assim, tendo em consideração a atual conjuntura de instabilidade económica provocada pelo aumento exponencial da taxa de inflação e consequente aumento das taxas de juro Euribor, que já se refletem ao nível económico e financeiro e por forma a não comprometer quer a sustentabilidade financeira do Município, quer o plano de investimentos previsto para o presente ano económico e seguintes, é necessário consultar as instituições de crédito para contração de um empréstimo de médio e longo prazo no valor de €1.320.000,00, por

um período de 20 anos, com dois anos de carência para financiamento da obra de “Renovação da Rede de Conduitas de Adução e Distribuição Local a Partir dos Reservatórios do Batel – Alcochete”.

Assim proponho:

- A autorização para consultar as entidades bancárias Caixa Geral de Depósitos, o Banco Português de Investimento, a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Entre o Tejo e o Sado, o Millennium BCP, o Novo Banco e a Caixa Económica Montepio Geral, para apresentação de propostas para a contração do empréstimo mencionado em epigrafe;»

Submetida à discussão a senhora vereadora Natacha Patinha aludiu que no entender das vereadoras da CDU existe um problema na proposta e na Ordem do Dia, porque a designação do ponto 4.4 é *“Autorização para a contração de um empréstimo de médio e longo prazo no valor de €1.320,000,00”*, contudo, o texto da proposta remete para que seja autorizado a consulta às entidades bancárias, justificando que uma coisa é pedir autorização para consultar as entidades bancárias com determinadas condições e outra coisa é se estar a deliberar sobre a contração do empréstimo.

Continuou expondo que a bancada da CDU é completamente a favor da obra, considerada importantíssima e estrutural para o concelho de Alcochete. Todavia, julga que a câmara já devesse ter equacionado esta situação mais cedo, tendo em conta a grave avaria que aconteceu em abril de 2020 e, em julho de 2023 é que se está a pensar em resolver este problema e até chegar à fase em que se contrai um empréstimo, onde se passa por todo um conjunto de procedimentos demorados é questionável quando é que se dará o início desta obra.

Asseverou que pelos motivos que constam da proposta, neste momento não lhe parece prudente contrair um empréstimo bancário para este efeito e que perante saldos de gerência bastante elevados que a câmara tem tido até à data de hoje, perante os investimentos que têm sido realizados e tal como o mencionado na proposta, que se está a atravessar uma

fase de instabilidade económica provocada pelo aumento exponencial da inflação e das taxas de juro Euribor, prevê-se que ao fim de 20 anos se irá pagar muito mais do que €1.320.000,00, sendo da opinião que se equacionasse a repartição desta despesa por vários anos económicos ou a outra forma de recorrer a financiamento, tentando explorar alguma solução que não passe pelo endividamento do município.

Considera que tendo em conta que ainda se está a meio do ano económico e visando aquilo que são as prioridades do município, sendo esta uma obra estrutural para Alcochete e São Francisco e não desconsiderando a avaliação do orçamento poder-se-ia fazer opções em detrimento de outros projetos.

Concluiu aludindo que numa altura em que tantas pessoas passam tantas dificuldades para pagarem os seus empréstimos, onde em termos financeiros o mundo passa diversas vezes por altos e baixos, ao fim de 20 anos em quanto é que este empréstimo poderá ficar.

O senhor presidente referiu que a senhora vereadora Natacha Patinha acabou por elencar os motivos pelos quais se assumiu a decisão de se recorrer à banca, presentemente pelas dificuldades que o país e o mundo atravessa na expectativa que em curto prazo se esteja naquilo que foi o rumo que o país atingiu antes do período da pandemia. Há 1 ano a Euribor estava negativa, atualmente está mais alta, porém, este não é o momento para se ficar sem dinheiro e aquele que a câmara tem, deve geri-lo da melhor forma o que impele a que se recorra à banca.

Esclareceu que não se pode ter um financiamento sem consultar as entidades bancárias sendo isso o que se pretende com esta proposta, que visa consultar as mesmas para posteriormente se poder contrair um financiamento. Existem obras que são estruturantes no concelho, recordando que o executivo entendeu que a grande prioridade era a requalificação das escolas do concelho que estavam sob a alçada da câmara municipal e dotá-las de condições para os professores, assistentes operacionais e fundamentalmente para as crianças. Afirmou que o trabalho realizado foi reconhecido por toda a população, mas que teve naturalmente um preço, tendo havido um investimento superior a €6.000.000,00, não estando englobado neste valor equipamentos como quadros, cadeiras, mesas, etc. Investiu-se também nas infraestruturas desportivas presentes nas 3 freguesias, cujo valor ronda os

€2.000.000,00, estando em fase inicial o processo de requalificação do Complexo Desportivo de São Francisco o qual terá um custo de €1.300.000,00.

Sublinhou que ao longo dos 50 anos do Poder Local, com a exceção da data de construção, não existiu a requalificação destas infraestruturas. Lembrou que a obra recentemente concluída da avenida 5 de Outubro e avenida Canto do Pinheiro, que tem no seu cerne as alterações às redes de esgoto, pluvial, do consumo de água, infraestruturas de telecomunicações e iluminação no subsolo, intervenções que não aconteciam há mais de 70 anos.

Explicou que existem coisas que ainda não foram feitas, dando o exemplo do Centro de Albergue da Juventude, que é um edifício que se quer preservar com esse objeto social, mas que ainda não existiu oportunidade para o efeito, porque quando se ouve falar que há €7.000.000,00, esse valor não está efetivamente pronto para ser utilizado, lembrando que no que diz respeito à iluminação pública, água e lixo reciclável, a câmara municipal tem custos anuais acima dos €5.000.000,00, assim como pagamento de ordenados e fornecedores.

Seguidamente solicitou que a Dr.^a Cláudia Santos, chefe da Divisão de Administração e Gestão de Recursos da Câmara Municipal de Alcochete complementasse alguma informação sobre o assunto.

A senhora vereadora Maria Luísa Salsa propôs a alteração do assunto do ponto em discussão para *“Autorização para consultar as entidades bancárias para apresentação de propostas para a contração de um empréstimo de médio e longo prazo no valor de €1.320,000,00”*

Continuou afirmando que quem se propõe a estar no executivo de uma câmara municipal faz os projetos que entende fazer para o bem da população, contudo, a questão gira em termos das prioridades políticas que se tomam e como professora de educação física, é do seu agrado saber que se vai investir €1.300.000,00 em São Francisco para se recuperar o espaço existente, mas se questionassem os residentes de São Francisco se preferiam ter a

segurança do abastecimento da rede de águas ou se preferiam a reabilitação do espaço desportivo, não tem dúvidas sobre qual seria a escolha visto a água ser um bem essencial.

Concluiu referindo que todos os projetos que o atual executivo levou a cabo desde 2017 são todos ótimos, que favorecem a população, adiantando que os projetos e financiamentos partiram da CDU, não podendo assim deixar de concordar com o senhor presidente.

O senhor presidente frisou que não se está a considerar optar pela construção da conduta ou pelo Complexo Desportivo de São Francisco.

A senhora vereadora Maria Luísa Salsa afirmou que foi só um exemplo.

O senhor presidente considerou que foi um mau exemplo, porque uma coisa não implica a outra, o Complexo Desportivo está em fase de projeto, a conduta de água está numa fase mais adiantada e São Francisco irá ter mais rapidamente segurança e caudal no abastecimento de água do que irá ter o Complexo Desportivo.

Concordou que a CDU teve realmente alguns projetos, uns foram retificados e alterados e outros concluíram-se tal como estava previsto, dando o exemplo do “Miradouro Amália Rodrigues”, mas a larga maioria de todo o trabalho que o executivo realizou, são projetos que têm a assinatura do PS de Alcochete.

A senhora vereadora Natacha Patinha reiterou que poderá haver capacidade do município, através de receitas próprias e recorrendo à repartição de encargos por vários anos económicos, realizando a obra sem se recorrer ao endividamento.

O senhor presidente esclareceu que não se poderá fazer a repartição de encargos por vários anos económicos, porque tendo a obra o prazo de execução de 1 ano não faz sentido ser repartida por 2 ou 3 anos, desconhecendo se o mesmo será legal.

Continuou sublinhando que se a câmara municipal tem capacidade de endividamento é sinónimo que a câmara poderá continuar a assumir compromissos de acordo com o que são

as suas contas, não prejudicando as populações e investir sem hipotecar o futuro do município.

A senhora vereadora Ana Sofia Maduro referiu que apesar de existir a noção que a conjuntura poderá não ser a mais favorável é importante consultar as entidades para depois se discutir propostas concretas com todas as informações e condições.

O senhor presidente afirmou que dizem as boas regras da gestão que é em tempo de crise que devem ser efetuados investimentos cruciais, contudo, não se deverá ficar descapitalizado e esta obra é crucial, são condutas de água para consumo humano o que significa mais qualidade e mais água para Alcochete e São Francisco.

Concluiu a sua intervenção partilhando que numa empreitada com 1 ano de execução os encargos poderão repartir-se por 2 anos.

Com a anuência dos presentes ficou decido a alteração do título da proposta para: *“Autorização para consultar as entidades bancárias para apresentação de propostas para a contração de um empréstimo de médio e longo prazo no valor de €1.320,000,00”.*

Submetida à votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por maioria, com 3 votos a favor do PS e 2 abstenções da CDU.

A senhora vereadora Maria Luísa Salsa apresentou em nome da CDU a seguinte declaração de voto:

«A obra de Renovação da Rede de Condutas de Adução e Distribuição Local a partir dos Reservatórios do Batel – Alcochete é fundamental e deve ser realizada o quanto antes.

No entanto deverá ser objeto de reflexão, se o custo da mesma não poderá ser suportado nomeadamente, pelo orçamento e receitas próprias do Município, repartindo a despesa por vários anos económicos, ou ponderar a possibilidade de recurso a outro tipo de apoios ao investimento público nacional.

Não consideramos prudente a contração de um empréstimo bancário a 20 anos, tendo em conta a própria argumentação da proposta quando refere "a atual conjuntura de instabilidade económica provocada pelo aumento exponencial da taxa de inflação e consequente aumento das taxas de juro Euribor, que já se refletem ao nível económico e financeiro, e por forma a não comprometer a sustentabilidade financeira do Município."

Também, precisamente porque se constata de reunião para reunião de Câmara, elevados saldos de tesouraria - sempre acima dos €8.000.000,00 - e que existe uma confortável estabilidade financeira, constante dos relatórios dos Técnicos Oficiais de Contas do Município, mais acreditamos, que não existe necessidade de se contrair um empréstimo de médio e longo prazo (por um período de 20 anos) de €1.320.000,00, com vista à realização da obra Renovação da Rede de Condutas de Adução e Distribuição Local a partir dos Reservatórios do Batel – Alcochete, que, voltamos a reafirmar, é absolutamente fundamental para a qualidade de vida da população.

Num contexto financeiro nacional desfavorável em que vivemos, provocado pelo aumento exponencial da taxa de inflação e pelo aumento constante das taxas de juro Euribor, que deixa muitas famílias e entidades em dificuldades para cumprir as suas obrigações, entendemos, que apesar da inquestionável urgência da obra, mas face às disponibilidades financeiras do Município, ou com recurso a outras formas de financiamento, a CDU recomenda que seja ponderada a decisão do Executivo de se endividar com um empréstimo desta monta, acrescido de juros e demais encargos bancários a suportar por todos nós durante um período de 20 anos.

Por estas razões, as vereadoras da CDU abstiveram-se no Ponto 4.4 da Ordem do Dia.»

4.5. Aprovação do Projeto de Regualificação do Ringue de Futebol 5 do Passil

Pelo senhor vereador Pedro Sérgio Lavrado foi apresentada a seguinte proposta:

«Considerando que:

1. Pretende-se, através deste projeto de execução, de alguma forma dar à comunidade a um novo espaço de convívio e interação renovado, que possibilite inúmeros eventos desportivos e culturais;
2. A requalificação deste espaço tem como intenção, conferir melhores condições à prática de atividades desportivas. A construção de um muro novo, envolvente ao campo, juntamente com a alteração da vedação, conferem uma nova imagem, a um elemento que se encontra, no seu estado atual, com uma imagem degradada. Também se propõe a reabilitação do piso desportivo e a alteração cromática. Esta promove o contraste com o espaço público envolvente e denuncia a presença deste equipamento.
3. Enquanto espaço de jogo polidesportivo, foram propostas as seguintes marcações:
 - Campo de futsal / andebol;
 - Campo de basquetebol;
 - Campo de ténis;
 - Campo de voleibol.
4. A decisão de adjudicação por lotes, centra-se nos critérios de acesso à candidatura que obriga ao cumprimento das componentes, material e imaterial, sendo que a material engloba a empreitada e a imaterial no equipamento e mobiliário.

5. Projeto de Execução da Requalificação do Ringue de Futebol 5 do Passil efetuada pela entidade contratada para desenvolver o mesmo, informa-se que a estimativa orçamental apresentada para a componente material (empreitada) é de €184.333,18 e para a componente imaterial €4.880,99, totalizando um valor de €189.214,17. Aos valores apresentados, acresce o IVA em vigor.

Propõe-se que:

Nos termos e para efeitos do disposto na alínea f), do n.º 1, do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais - Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal de Alcochete delibere aprovar o projeto de execução assim como a estimativa orçamental no valor de €189.214,17 (valor base sem IVA), com um prazo de 6 meses previsto para a empreitada.

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

4.6. Eliminação de documentação no Arquivo Municipal

Pela senhora vereadora Ana Sofia Maduro foi apresentada a seguinte proposta:

«Em conformidade com o disposto na Portaria n.º 412/2001, de 17 de abril, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 1253/2009, de 14 de outubro e respetiva tabela de seleção, na sua atual redação, é competência da Câmara proceder à eliminação de documentação, cujos prazos de conservação já se encontram prescritos.

Este trabalho de eliminação já não era feito há alguns anos e representa para o exíguo espaço, onde se encontra instalado o Arquivo Municipal, a oportunidade de receber documentação arquivada nos vários serviços e que há muito já deveria ter sido transitada para o Arquivo, quer em termos de eficácia, quer em termos de racionalização.

É ainda de salientar que todo este processo à semelhança do anterior (incluindo a elaboração dos respetivos autos de eliminação), foi acompanhado pelo Arquivo Distrital de Setúbal, merecendo o seu parecer favorável.

Face ao exposto proponho a aprovação do auto de eliminação de documentação n.º 1 de 2023, nos termos definidos pela Portaria n.º 412/2021, de 17 de abril, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 1253/2009, de 14 de outubro e respetiva tabela de seleção, na sua atual redação.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como, anexar o Auto de Eliminação, como **Doc. 2**.

4.7. Recurso a reserva de recrutamento interna de um assistente operacional, na área de refeitório municipal, no regime de contrato de trabalho a termo incerto (DAGR)

Pela senhora vereadora Ana Sofia Maduro foi apresentada a seguinte proposta:

«Atendendo à ausência de mais um assistente operacional na área do refeitório municipal, verifica-se a urgente necessidade de agilizar um processo de substituição deste trabalhador, uma vez que se encontra inibido de desempenhar funções por um período indefinido, o que pode comprometer o adequado funcionamento do serviço.

Em face do exposto e, dado o caráter temporário e incerto da situação, verifica-se a possibilidade de satisfazer as necessidades com recurso à reserva de recrutamento existente no Município, válida até 21/11/2024, para um assistente operacional, na área de refeitório municipal, no regime de contrato de trabalho a termo resolutivo incerto, que decorreu do desenvolvimento do procedimento concursal publicitado no “Diário da República”, 2.ª série, n.º 55, de 17 de março de 2023, cuja oferta de emprego na BEP adquiriu, o código n.º OE202203/0651;

Neste sentido, importa acrescentar que, para o lugar em questão, existe o respetivo posto de trabalho vago no Mapa de Pessoal do Município, estando prevista a consequente orçamentação da despesa;

Desta forma, dada a demonstrada insuficiência de recursos humanos, para assegurar o cumprimento das obrigações legalmente estabelecidas e a qualidade do serviço a prestar nesta área de atividade, torna-se imprescindível o provimento daquele posto de trabalho, pelo que em face de todo o articulado jurídico, sustentado pela informação da DAGR n.º 60/2023, anexa e considerando que se encontram cumpridos todos os requisitos previstos para o efeito, proponho, submeter à aprovação do órgão executivo, o recrutamento de trabalhador, com recurso à referida reserva de recrutamento interna do procedimento concursal supra mencionado, para constituição de vínculo de emprego público por tempo determinado, a termo resolutivo incerto, de um posto de trabalho da carreira/categoria de assistente operacional, na área de refeitório municipal, com afetação à DAGR - Divisão de Administração e Gestão de Recursos.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como, anexar a Informação, como **Doc. 3**.

5. Apoios financeiros

Não foram apresentadas propostas.

6. Informações

Não foram apresentadas informações.

D. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO

Não se registaram intervenções.

ENCERRAMENTO

E nada mais havendo a tratar, pelas 19:42 horas o senhor presidente declarou encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Joel Rodrigues, técnico superior, subscrevo e assino.